

*Ata da 8ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 04 de maio de 2012.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial para **discutir o Projeto de Emenda Constitucional nº 438/2001, que estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constada a exploração de trabalho escravo (expropriação de terras), revertendo a área ao assentamento dos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba, de autoria do Senador Ademir Andrade**, proposta pelos Deputados Fabrício Falcão e Sidelvan Nóbrega. O Sr. Presidente convidou para compor a Mesa os (a) Srs (a): Deputado Fabrício Falcão; Almiro Sena, Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, representando o Governador Jaques Wagner; José Guerra, Coordenador Geral da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), representando a Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Maria do Rosário; Deputado Federal Luiz Alberto; Jairo Lins de Albuquerque Sento Sé, Procurador do Ministério Público do Trabalho, Membro da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Roberto Miguel Santos, Auditor Fiscal do Trabalho, representando a Superintendente Regional do Trabalho, Isa Maria Simões; Prof. Elias Dourado, Chefe de Gabinete, representando o Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia, Nilton Vasconcelos; Vitor Figueiras, Auditor Fiscal do Trabalho e Membro do Ministério Público do Trabalho; Murilo Carvalho de Sampaio Oliveira, Juiz do Trabalho; Juliano da Silva Vilas Boas, Agente da Comissão da Terra e Membro da Campanha de Combate ao Trabalho Escravo; Márcio Hélio, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, Presidente do Conselho Estadual Tripartite do Emprego e Renda; Cláudio Bastos, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Marcos Nery, Superintendente do Incra na Bahia. O Deputado Fabrício Falcão destacou a relevância do debate em torno do tema, visto que há no Brasil trabalhadores que vivem de forma degradante. Externou apoio à aprovação da matéria, importante para combater e punir àqueles que se utilizam do desrespeito aos direitos humanos. Encerrou solicitando um minuto de silêncio em decorrência do falecimento da Sra. Regina de Mello Leitão, ex-Presidente do Grupo A Tarde, e pessoa de grande valor para a Bahia. O Sr. Juliano da Silva Vilas Boas conclamou a todos para refletirem sobre a questão do trabalho escravo, um crime, e enalteceu a atuação das entidades que operam para combater esse grave problema social, que perdura até os dias atuais. Apresentou um vídeo

acerca do trabalho escravo ao longo da história no Brasil, e relatou informações fornecidas pela Pastoral da Terra, ressaltando que esse tipo de trabalho na Bahia, concentra-se principalmente na Região Oeste do Estado. Explicou sobre os fatos que caracterizam o trabalho escravo contemporâneo, e apresentou o perfil desse tipo de trabalhador. Comentou sobre as ações que vêm sendo desenvolvidas pela Pastoral para conscientizar esses trabalhadores, sobretudo no Oeste baiano, e avaliou que esse problema é estrutural, se baseando na ganância, na miséria e na impunidade. Por fim, condenou as condições de trabalho escravo que atingem homens, mulheres e até crianças, obrigando-os a viver de forma humilhante. O Dr. Murilo Carvalho de Sampaio Oliveira reafirmou o compromisso da entidade na efetivação dos direitos fundamentais do homem, em especial, a liberdade de trabalho. Declarou que a Justiça do Trabalho, na medida do possível, tem ficado atenta à problemática do trabalho análogo ao escravo, lembrando que essa prática ocorre normalmente em localidades distantes, o que dificulta o acesso desses trabalhadores à Justiça, e avaliou que no Brasil, os maus empregadores só assumem o compromisso em efetivar a legislação e os direitos fundamentais, a partir de punições e sanções. Declarou que a Justiça do Trabalho apóia a PEC, que visa combater um crime que atenta contra vários direitos dos homens, inclusive o mais importante, o direito à liberdade, essencial para a sociedade. O Dr. Roberto Miguel Santos avaliou que o trabalho escravo é um problema muito complexo e necessita de políticas efetivas de repressão, e destacou muitos problemas encontrados na área rural no que concerne à aplicação das leis trabalhistas, podendo enquadrar muitas propriedades como praticantes de trabalho escravo. Ponderou sobre a dificuldade para a aprovação da PEC, visto que muitos parlamentares federais são também produtores rurais, e que vêem um risco na aprovação da matéria. Considerou que esse tema deve ser amplamente divulgado e debatido com a sociedade, e destacou a importância de ações de repressão, aliada a ações de educação e de uma melhor distribuição de renda, como forma de possibilitar que essa chaga brasileira possa ser reduzida, ou talvez um dia, erradicada. Finalizou criticando a impunidade, mencionando os casos de assassinatos que acometeram fiscais do trabalho e trabalhadores rurais, e que continuam sem solução. O Dr. Vitor Figueiras ressaltou a importância desta Sessão como forma de contribuir no combate a esse grave problema. Declarou, do ponto de vista sociológico e do quadro jurídico vigente, que hoje existe no Brasil um trabalho análogo ao escravo, diferente do trabalho escravo vigente no século XIX, e considerou que a aprovação da PEC é um passo em direção à civilidade. Comentou que esse tipo de trabalho ocorre mediante coerção física direta ou coletiva, tratando o homem como objeto, e apresentou alguns artigos do Código Penal que impõem limites jurídicos à relação de trabalho análogo ao escravo. Considerou que cabe ao

Estado e a sociedade coibir esse tipo de trabalho, e avaliou que todos devem se unir em prol da aprovação da PEC, inclusive observando que todo produtor de terra que anda na legalidade deve apoiar o projeto, até para combater a concorrência desleal, já que o trabalho escravo não custa quase nada para aqueles que se beneficiam dele. O Dr. Jairo Sento Sé elogiou a iniciativa para realização desta Sessão, que vem a contribuir com um debate de grande relevância. Afiançou que o trabalho escravo é uma realidade, fato suficiente para que o Congresso Nacional aprove a PEC no dia 08 de maio, uma vitória de todos, e ressaltou a importância da mobilização da sociedade civil e de entidades para elaborar estratégias para se fazerem presentes no dia da votação. Por fim, considerou que essa terrível chaga deve ser erradicada da realidade brasileira. O Sr. Adilson Araújo ressaltou a importância da mobilização de todos em favor da aprovação da PEC, e comentou sobre uma reunião ocorrida no mês de março com a Presidenta Dilma Rousseff, oportunidade em que reafirmaram o interesse em realizar uma agenda positiva voltada para o trabalhador de vários segmentos, inclusive com a imediata aprovação da PEC 438. Considerou que não existe desenvolvimento em um país, se não tratarem a questão do trabalhador com responsabilidade, e finalizou ponderando que deve haver uma grande pressão nacional para a aprovação da matéria. O Sr. José Armando Muniz, Chefe de Gabinete da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos, prestou esclarecimentos sobre a proposta da PEC 438, expressão clara do artigo 5º da Constituição Federal, e mencionou que há dezessete anos existem propostas para combater o problema do trabalho escravo contemporâneo, uma realidade brasileira. Considerou que não basta apenas reprimir, lembrando que ações dessa natureza já acontecem, é preciso prevenir e punir quem utiliza esse tipo de trabalho, e concluiu apresentando um calendário de mobilizações que acontecerão em todo o país, até o dia 08 de maio, dia de votação da matéria. O Sr. Marcos Nery considerou que o cumprimento da função social plena da terra é um instrumento eficiente para contribuir com o avanço da reforma agrária e reparar a injustiça do trabalho análogo ao escravo, e ponderou que na maioria dos casos, onde tem trabalho escravo, tem o descumprimento da legislação ambiental. Elogiou a atuação de todas as entidades, governamentais e não governamentais, que têm operado no sentido de combater esse tipo de trabalho degradante, que vigora principalmente no agronegócio, e encerrou declarando que justiça é um sentimento ético. O Deputado Federal Luiz Alberto elogiou o engajamento da Casa na mobilização em favor da aprovação da PEC 438/2001. Apresentou uma avaliação acerca do processo de votação do projeto, já aprovado no Senado e na Câmara em primeiro turno, esperando a votação final, em segundo turno, pelos deputados, desde 2004. Ponderou que apesar de tanto tempo e da conscientização da sociedade brasileira sobre a importância de se erradicar o trabalho escravo, prevê muitas

dificuldades na aprovação da matéria, por considerar que a bancada ruralista interpreta a aprovação da PEC como uma forma de perseguir os grandes proprietários de terra. Solicitou a mobilização da sociedade como forma de pressionar o Congresso Nacional a aprovar o projeto em segundo turno, e avaliou que uma vez aprovada a PEC, serve como instrumento de avanço para muitos trabalhadores da área urbana, que também sofrem com a ausência de direitos trabalhistas. Enfatizou a importância de divulgar com mais ênfase a votação da PEC, dando conhecimento amplo da proposta contida na matéria, e declarou que é preciso mobilizar e utilizar todas as forças para construir um país mais democrático, mais justo e igualitário. A Deputada Fátima Nunes avaliou que as mudanças são lentas, contudo têm ocorrido. Elogiou o comprometimento de diversos órgãos públicos que tem ouvido o clamor do povo para combater injustiças sociais, e relatou um fato corrido em São Desidério, no passado, onde trabalhadores viviam em situação de trabalho escravo, e mesmo com apoio do Poder Público resistiram a sair daquela situação por medo de sofrerem atentados. Considerou que o povo precisa ser mais consciente, elegendo políticos que se preocupem e trabalhem em prol do coletivo e não em interesse próprio, fato que atribui aos políticos que votaram contra a PEC. Afiançou que o Brasil só vai ser rico e desenvolvido quando não tiver miséria, fome e injustiça, e encerrou conclamando a todos para participarem da luta contra o trabalho escravo. A Deputada Kelly Magalhães relatou que representa a Região Oeste, uma Região rica, que muito tem contribuído para o desenvolvimento do Estado e da Região Nordeste, contudo apresenta índices negativos quando se fala em trabalho análogo ao escravo. Considerou que existe um grande desafio de conscientizar os grandes produtores a manter a geração de empregos no campo, em um momento em que o trabalhador tem sido substituído em larga escala, por máquinas cada vez mais eficientes. Externou apoio à aprovação da PEC, e sugeriu a inclusão das entidades que representam os produtores nessa discussão, construindo coletivamente a consciência de um trabalho e de uma sociedade mais justa. O Deputado Sidelvan Nóbrega ressaltou a importância do debate proposto nesta Sessão, avaliando que deve ser amplamente discutido, pondo fim a um crime que atenta contra os direitos humanos. Externou apoio à luta, se associando às entidades e à sociedade, visando tornar o tema largamente divulgado e debatido, coibindo esse abuso contra o ser humano. O Sr. Elias Dourado comentou sobre as dificuldades enfrentadas para a aprovação da PEC, enfatizou a relevância da discussão em torno do tema, que precisa ser erradicado do Brasil, e destacou a parceria e o esforço de entidades governamentais e não governamentais, que atuam no combate ao trabalho escravo. Elogiou a gestão do Governador Jaques Wagner, que tem feito um grande esforço no sentido de valorizar o trabalho, e tem abraçado ações fundamentais para erradicar o trabalho escravo e o trabalho precário. Informou que a Bahia é

o primeiro Estado brasileiro a possuir uma Agenda Estadual do Trabalho Decente, e tem avançado para prevenir, combater e erradicar esse crime, que atenta contra a dignidade humana. Ponderou que cabe ao estado brasileiro reinserir os trabalhadores oriundos desse tipo de trabalho, e concluiu declarando que a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia vai lutar para aprovar a PEC. O Secretário Almiro Sena afiançou que o Governador Jaques Wagner tem compromisso com a erradicação do trabalho escravo, fato pelo qual apóia a aprovação da PEC 438, inclusive com a mobilização da bancada baiana na Câmara Federal. Relatou as ações adotadas pela atual gestão em defesa dos trabalhadores, mencionando a criação, em 2009, da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae), que funciona no âmbito da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH). Provocou uma reflexão acerca das causas e consequências do trabalho análogo ao escravo, e lembrou que no próximo dia 13 de maio, é o Dia da Abolição da Escravidão. Encerrou reafirmando o compromisso da Bahia em combater todo tipo de trabalho degradante. O Sr. Presidente considerou que a pior condição do ser humano é a miséria que leva o homem a aceitar as situações mais degradantes, e ponderou que o Brasil tem avançado muito nos últimos anos, mas muito ainda tem a se fazer. Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -